

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

DATA: 03.12.2015

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. – ME

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
ARGUIÇÃO PÚBLICA DO SR. GIOVANNI PENGUE FILHO

03.12.2015

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transportes e Comunicações da 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Solicito ao secretário a leitura da ata da reunião anterior. Com a palavra o deputado Roberto Moraes.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Eu solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Estando todos os Srs. Deputados de acordo, está dispensada a leitura da ata.

A presente reunião tem a finalidade de efetuar a arguição pública do Sr. Giovanni Pengue Filho, nos termos do Art. 1º da Lei Complementar nº 918, de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 1.175, de 2012, e do seu § 2º do Art. 7º da Lei Complementar nº 914, de 2002. Tendo em vista a sua indicação para integrar em recondução o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, Artesp, no cargo de diretor geral para exercer mandato de quatro anos.

Convido o Sr. Giovanni Pengue Filho a tomar assento ao meu lado direito para que possamos iniciar a sua arguição.

Quero agradecer, primeiramente, aos deputados Luiz Fernando Teixeira, Roberto Moraes, Ricardo Madalena, Aldo Demarchi, Rogério Nogueira, membros titulares desta Comissão, e também ao nosso representante do Partido Verde, sempre secretário do estado de São Paulo, dizem que é o homem mais importante de Itapetininga, não sei se ainda procede, Luiz. Quero agradecer aqui a todos os deputados.

Hoje nós tivemos aqui um fato atípico, é uma quinta-feira, difícil de dar quórum porque todos têm as suas atribuições nas suas bases, mas pedi formalmente o empenho e nós estamos aqui com quórum, o que nos permite fazer a sua arguição completa. Quero agradecer muito a todos os deputados, obrigado por colaborarem como sempre nesta Comissão.

Estão aqui também os diretores Rodrigo Campos, novamente o Teodoro de Almeida, Alberto Rodrigues, Nelson Raposo e Rafael Benini, que foi arguido aqui na última terça-feira. Aos diretores da Artesp, para todos vocês, o nosso muito obrigado.

Agradeço ao deputado José Zico Prado, membro efetivo também dessa Comissão.

Como eu já havia combinado com alguns deputados, para que possamos dar celeridade, vamos imediatamente abrir para que os deputados, em sua arguição, possam fazer os seus questionamentos ao Sr. Giovanni. Já está inscrito o deputado Roberto Morais. Deputado Luiz Fernando também.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Obrigado, Sr. Presidente. Em nome do Giovanni, cumprimento todos os integrantes da Artesp, e os deputados que aqui estão. Em 15 dias é a segunda vez que ele volta aqui. Eu vou insistir nas minhas colocações pontuais, Giovanni.

Todos sabem da nossa luta pela nossa região, que é Piracicaba, e lá estamos na expectativa da conclusão do nosso entorno, estamos na expectativa de que o governador, sensível como é, libere a obra da Alça da Esalq, ou a Alça do Monte Alegre, como queira. Esperamos, também, a antecipação da Rodovia do Açúcar, entre Capivari e Salto, prevista para daqui a três anos, mas há a expectativa de que as prefeituras, até fazendo algum acordo, abrindo mão de algumas vicinais com a concessionária, com a Artesp.... o governador possa, também, antecipar a questão do nosso entorno.

Para finalizar, a questão da readequação do contrato da empresa da Concessionária Tietê. Segundo consta, há dois anos foi feito o primeiro pedido e até agora eles ainda não tiveram. E, para se antecipar a obra, eles vão fazer uma segunda readequação, mas não podem fazer a segunda porque não tem a primeira ainda. Então, gostaria de saber como está esse processo da Artesp.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Boa tarde a todos os deputados. Agradeço, como o próprio presidente comentou, a disposição de todos para, em uma quinta-feira, poder agendar essa arguição.

Deputado Roberto, dos temas importantes da região nós temos o contorno de Piracicaba, como comentei da última vez, o empenho forte da agência...

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Só um aparte, Giovanni. Hoje está sendo lançada a sétima viga, graças a Deus, faltam 13 ainda, mas a sétima está sendo lançada. É uma por dia, talvez até o natal nós tenhamos as vigas lançadas.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Exatamente. Como comentei da última vez, o Ministério do Trabalho colocou algumas exigências, algumas restrições, é uma viga por dia. Nosso trabalho com a concessionária através da diretoria de investimentos está sendo de cobrar, ficar muito em cima da obra, com a previsão de entrega para fevereiro. Estamos fazendo todo o esforço para fevereiro, que é a data estipulada pela diretoria técnica da Artesp, que cuida do caso.

Da alça da Esalq, uma notícia nova que eu trago hoje é que conseguimos concluir o projeto executivo, então agora estou preparando-o para poder encaminhá-lo para o poder concedente, para que o governador avalie os novos valores conforme foi solicitado para passar as orientações de como a agência tem que proceder.

O valor, nós temos 19 milhões, já incluídas as opções de conserva. Foi uma redução significativa do que se tinha antes.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Só um minuto, Giovanni. Quero agradecer a presença do deputado Chico Sardelli, que também é membro efetivo dessa Comissão e acaba de chegar aqui na presente reunião.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Sobre a antecipação, nós estamos trabalhando juntamente com a adequação. É importante, então está sendo feito um esforço muito grande da agência para conseguir viabilizar isso no menor tempo possível.

A primeira adequação é importante, ela já está em fase final de verificações da parte técnica para que nós possamos seguir só para preparar a aprovação do conselho, depois a minuta de contrato para fazer a primeira adequação.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Só me tira uma dúvida, Giovanni. Por que faz dois anos que foi feito o pedido e até agora não foi concluída a primeira readequação?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Deputado, todo o pedido de readequação tem uma análise técnica, depende muito do tipo de pleito. Nós temos trabalhado para tentar reduzir isso o máximo possível, para trabalhar em tempos menores, então tem um esforço grande hoje para tentar adequar isso a um prazo mais hábil, mais ágil, para que possamos acelerar todas as decisões da agência.

Teve uma complexidade técnica de análise dos pleitos. Às vezes, falta instrução de documentação por parte até da própria concessionária, que não entrega toda a documentação necessária. Nós temos que fazer toda a análise do interesse público, da necessidade de mudança, verificar com os prefeitos da região se há necessidade de adequação e se eles concordam. Então, às vezes, um processo que deveria ser rápido e simples acaba se tornando um pouco mais complexo.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Nesse caso, quando eu obtive essa informação, nós tínhamos cobrado diariamente as obras que são pontuais, da nossa região. A informação da concessionária, a não ser que eles tenham mentido, é que toda a documentação foi entregue. Eles estão realmente preocupados com a demora da agência em readequar o primeiro pedido. Tem uma previsão? Ainda este ano acontece ou não acontece?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - A previsão, deputado, é fazer junto com a segunda. Nós estamos compactando para ver se, no começo do ano que vem, já se verifica isso e encerra o processo, para poder até viabilizar a antecipação em todos os pleitos. Então, vamos fazer um esforço grande para, em janeiro, conseguir liquidar as adequações, inclusive, a antecipação.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Mas já pode apresentar a segunda?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - A segunda já está em trâmite dentro da agência.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Agradeço ao deputado Roberto Morais. Está inscrito o deputado Ricardo Madalena.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Boa tarde a todos. Agradeço a presença do diretor presidente da Artesp.

Nós temos a Lei Complementar nº 914, de janeiro de 2002, que fica subordinada a todas as ações do Art. 17 desta lei, que diz “requerer informações e fazer proposições para o Conselho Diretor e secretário dos Transportes”. Não só esse item, mas também vários itens, como o Art. 3º, o Art. 25, § 2º, tudo subordinado à Secretaria de Transportes. Teve alguma mudança de lei para que voltasse às secretarias de Governo? Houve algum adendo a essa lei? Alguma coisa nesse sentido? Porque hoje vocês irão responder à Secretaria de Governo, é isso?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Exatamente, deputado. Hoje nós respondemos por um decreto que saiu do governador no começo do ano, respondemos à Secretaria de Governo. A informação que tenho é que não teve ainda alteração dessa lei para que possam vincular essas atribuições à Secretaria de Governo.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - E isso não pode prejudicar os trabalhos da Artesp? Como você vê isso?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Hoje, o entendimento da procuradoria, deputado, é que, uma vez que o decreto do governador saiu automaticamente, foram transferidas algumas atribuições para a Secretaria de Governo, exceto aquelas que são específicas do Executivo, de transporte. Por exemplo, as autorizações de postos de serviço nós encaminhamos para o secretário de Logística e Transportes. Questões relacionadas às polícias Militar e Rodoviária que têm um cunho do órgão Executivo, de transporte, também são encaminhadas para a secretaria de Logística e Transportes. Acho que é um fato importante, tomar nota para verificar com o Governo qual o melhor encaminhamento com essa questão da lei.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - O que eu vejo aqui, Sr. Giovanni, é que todos os artigos se referem a vocês prestarem conta, encaminhar, comunicar o secretário de Transportes, e, hoje, na realidade, essas atribuições estão com o secretário de Governo, que, a meu ver, não tem nada a ver com aquilo que está aqui. Vocês, na verdade, estão infringindo a Lei Complementar nº 914, de 14 de janeiro de 2002. Foi feito um decreto, mas não foi regularizado.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Encaminhar isso para a Secretaria de Governo para que possa providenciar a regularização.

O SR. RICARDO MADALENA - PR - Outra coisa, Sr. Presidente, que eu quero deixar para os nossos pares que estão aqui pensar. Eu procurei e não vi em lugar nenhum nenhuma exigência para ocupar cargos na Artesp. Eu acho que seria de bom grado esta Comissão estudar alguma coisa nesse sentido e apresentar ao Governo do Estado de São Paulo. Não que as pessoas que estão lá hoje não sejam competentes, eu até elogiei o trabalho que o Giovanni vem fazendo. O Teodoro é uma pessoa que eu conheço, de uma capacidade enorme, que está desempenhando muito bem a função, e é uma pena que não poderá ser reconduzido em abril. Mas o deputado Milton Flávio, se não me falha a memória, da base de Governo de 2001, já fez essa solicitação, que até hoje está parada, nada se tomou de providências.

Por ser uma área rodoviária, eu acho que tem que ter exigências com relação ao currículo dessa área. Acho que temos que pensar aqui e analisar para o futuro essa proposta do Milton Flávio, se não me falha a memória, de 2001.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Agradeço ao deputado Ricardo Madalena. Está inscrito o deputado Luiz Fernando Teixeira.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Saúdo todos os deputados, membros dessa Comissão, na figura do nobre secretário Edson Giriboni, que não é titular, mas está sempre presente em todas as ações dessa Casa. Saúdo também o Giovanni, que retorna aqui depois de alguns dias.

Queria fazer uma reclamação, Sr. Presidente. Parece que só tem obra lá no seu lugar, na sua região. Nós vimos quando o Rafael Benini veio aqui e nos mostrou só obra do seu lugar. Eu não sei se V. Exa. tem uma excelente relação com a Artesp, se é com o governador, ou se é o peso do deputado. Queria registrar.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Além das obras das concessionárias, eu tenho orgulho de dizer que uma das poucas obras em função da recessão econômica do País, do DER, também na nossa região, é a conclusão da Piracicaba/São Pedro. São dez quilômetros de duplicação que está sendo feita pelo DER.

Sou muito grato, temos brigado muito na região, principalmente na questão das nossas rodovias, hoje praticamente todas duplicadas. Tenho certeza de que o Giovanni, com a sua atenção, vai convencer o governador da nossa alça e da antecipação da Rodovia do Açúcar, que é a última que falta para duplicar.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Luiz, se me permite. E com tudo isso ele ainda sofreu um atentado na Rodovia dos Bandeirantes.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Caiu concreto na minha cabeça.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Eu acho que aquilo foi jogado por algum deputado da base. Uma preocupação, deputado Aldo, para ver quais os caminhos que ele está trilhando. Ele tem conseguido mais do que os demais deputados.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Na verdade, eu não concordo. Eu tive uma obra pequena, mas a nova Rodovia dos Imigrantes Norte foi uma conquista minha, assim como o Trecho Leste do Rodoanel.

O SR. - Eu gostaria de registrar que sou da região, Roberto. Eu só vou avalizando.

O SR. - Vai ver é influência dos dois.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Como falou o deputado Chico Sardelli, que Piracicaba é um grande bairro de Americana, Rio Claro é um grande bairro da nossa querida Piracicaba.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Giovanni, eu separei algumas questões que não tratamos na vez passada que você veio aqui. Nós procuramos falar contigo direto, poderíamos ter feito as perguntas ao Rafael, mas como sabíamos da sua vinda deixamos para fazer para você. São algumas perguntas.

Eu começo dizendo o seguinte. Em 2006 houve aquelas prorrogações contratuais das concessões. Ficou demonstrado que as próprias prorrogações trariam prejuízo ao Estado. O próprio Estado foi ao Judiciário discutir isso, já que existia um contrato e o direito das partes. A minha pergunta é a seguinte: como está isso? O que está sendo revertido? O que não está revertido? Como estão essas ações? Ficou claro que a prorrogação em si trazia prejuízos ao Estado, ao erário, e nós não sabemos. Acredito que essa Comissão, em especial, tem todo o interesse e obrigação de inquirir, de acompanhar esse processo.

Outra pergunta, Giovanni, diz respeito a se todas as obras dos contratos de 98 já foram concluídas. Existem obras ainda desses contratos em andamento, passados muitos anos? Como está isso? Se não estão concluídas, quais seriam essas obras? Se houve algum aditivo que prorrogava esse tempo... Dependendo da sua resposta nós vamos solicitar cópia dessas coisas para que possamos avaliar. E mesmo depois dessas obras de 98, das demais concessões, há alguma obra em atraso? Se houver, quais são? Embora ainda não tenha sido publicada a nossa participação no conselho...

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Deputado Luiz Fernando, eu ia falar após Vossa Excelência. Acabaram de me informar: sua indicação será publicada amanhã, ou no máximo sábado, no Diário Oficial.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Parabéns, Sr. Presidente. Embora a partir de alguns dias eu faça parte do conselho, continua nos estranhando - ao deputado Ricardo Madalena também, em conversa pessoal com ele e isso já foi objeto de conversa aqui na Comissão - o porquê de se convocar isso só uma vez em todo um ano. Queria te ouvir se achar que não precisa desse conselho, porque cabe a este conselho participar, fiscalizar,

sugerir. Vimos que você não priorizou e em todo esse nosso novo mandato não houve uma única convocação.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Só para ajudar. Durante quatro anos nós tivemos no conselho... a reunião era a cada dois meses, como já foi dito aqui, apenas a título de auxiliar o que V. Exa. disse.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Minha preocupação é que passem dois anos... em um ano todo houve uma única reunião, da mesma forma que não houve essa participação da Assembleia na questão do conselho da Artesp. No sítio da Artesp só constam os relatórios anuais de 2013. Estamos em 2015. Pretende-se ainda este ano publicar o de 2014? E por que esse atraso, Giovanni?

Queria entrar um pouco mais agora no objeto. Um dos fatores que vem encarecendo os pedágios paulista é a cobrança de ônus variável e fixo. Nas concessões federais feitas a partir de 2007, as tarifas são muito menores do que as do governo paulista. Isso acontece porque o governo federal não cobra nenhum tipo de ônus. Como você vê isso, Giovanni? Eu estou falando porque nós temos que defender aqui os paulistas. E por que nós insistimos nessa lógica? Creio que devam ser licitados esses novos processos.

Eu queria te ouvir, se existe alguma previsão de se prorrogar ou de se fazer uma nova licitação. Em havendo, nas novas concessões que teremos - trecho norte do Rodoanel, por exemplo - vamos fazer aos moldes antigos ou pretendemos também fazer um debate a respeito dessa questão do ônus variável e fixo?

Foi objeto na nossa última reunião dos Transportes. Um deputado que já não está mais na Casa havia apresentado um projeto muito importante, na minha opinião. Eu tenho o Sem Parar, mas se percebe que as filas nos pedágios são absurdas. Acho que a obrigatoriedade do Sem Parar deveria acontecer e a própria concessionária poderia fornecer esse selo. De qualquer forma, muitas concessionárias colocam um número mínimo de impostos de cobrança, aumentam o tempo de espera para os motoristas e oferecem um serviço ruim. Para os contratos federais há uma previsão de que, ultrapassado certo tempo na fila, se o usuário não conseguir pagar o pedágio as cancelas serão abertas e a passagem será liberada. É o que preveem os contratos. O senhor conhece tão bem quantos nós esses contratos feitos pelo governo federal.

A Artesp pensa nessa lógica de defender o munícipe, o povo paulistano? O que se percebe é o seguinte: são filas quilométricas. Moro no ABC. Quem desce para o litoral vê o absurdo que é o tamanho das filas - para a Anchieta lá atrás desce muita gente. Pelo que percebemos, Giovanni, não há uma preocupação da própria Artesp em trabalhar, em melhorar, em aditivar esses contratos, em pensar na melhoria dos serviços prestados pelas concessionárias.

Era o que eu queria deixar para você, Giovanni. Digo isso preocupado, sobretudo. O que vocês pretendem fazer agora daqui para frente em relação a essas questões de prorrogação? Se vão fazer uma nova licitação, se já está preparada essa nova licitação... Imagino que podemos inovar, melhorar e defender a população do estado de São Paulo.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Obrigado pelas perguntas, deputado. São temas realmente muito importantes e que afetam, logicamente, toda a sociedade.

Com relação a 2006 e um pouco dos contratos de 98, dentro dos contratos de concessão do estado de São Paulo, a grande diferença com relação aos contratos federais é o grande pacote de investimento que nós temos.

Nós tivemos a primeira etapa em 1998, quando foi colocada uma maior outorga com uma tarifa de pedágio fixa. Nos contratos relativos à segunda etapa, de 2007 até 2011, trabalhou-se com um menor preço de tarifa e ganhou a empresa que ofertou o menor preço de tarifa. Na Tamoios, na terceira etapa, nós trabalhamos com uma tarifa fixa. Foi uma PPP e houve contraprestação, mas essa tarifa fixa é em torno de 30% mais barata do que na primeira etapa de concessões. Ela pega uma média da segunda etapa de concessões. Esses foram os modelos que foram definidos pelo Estado.

Quando se pegam os contratos de 1998, eles ainda continuam com obras. Mesmo já tendo passado 17 ou 18 anos, a obrigação da concessionária com relação às obras vai até o último momento do contrato. Dois anos antes da entrega, ela tem que começar a fazer intervenções profundas de pavimento, porque ela tem que entregar para o Poder concedente, para o Estado, um pavimento que dure por até dez anos após o término do contrato de concessão. Até a entrega do contrato são colocados gatilhos de ampliação de nível de serviço - duplicações, como foi comentado na última vez em que eu estive aqui. Com relação à cancela, nós estamos trabalhando e a concessionária terá obrigações de ampliações por conta dela.

Recentemente, nós tivemos a obra que foi inaugurada nesse sábado, a sexta faixa da Rodovia Ayrton Senna até o Aeroporto de Guarulhos. Tivemos a quinta faixa da

Rodovia dos Bandeirantes - a concessionária está chegando ao 17º ano contratual. A concessionária é de 1998 e há uma obra disparada por nível de serviço.

Todos os contratos, tanto os de 1998 quanto os de 2007, têm grandes obrigações de investimento já incorporadas. Isso faz com que a concessionária, mesmo ao longo do tempo, tenha que fazer os investimentos e continuar com eles. Isso, por um lado, é muito bom, porque você consegue sempre trazer benefícios para a população. De outro lado, às vezes, você tem que ver alguns ajustes de cronograma que geram essa questão das obras em atraso.

O deputado Roberto Moraes bem comentou sobre os ajustes e adequações que nós temos que fazer. Ao longo de um contrato, às vezes de dez, 15 anos, os próprios prefeitos identificam que uma determinada obra não é necessária naquele momento e outra obra é necessária porque uma região do município cresceu mais do que as outras.

Então, somos obrigados a fazer algumas adequações, a pedido, às vezes, até dos próprios prefeitos - logicamente, sempre com autorização do Poder concedente, porque a agência não tem esse papel de ficar mexendo no cronograma de investimento que foi definido pelo Poder concedente. Podem ser feitas as adequações necessárias, às vezes, se há alguns atrasos em função de obras que foram substituídas, trocadas ou que tiveram seus cronogramas readequados.

O processo, hoje, dentro da agência, com toda a alteração de cronograma, seja uma adequação de um cronograma de investimentos, por atraso ou até por antecipação, ou por inclusão de obras, tem que passar por um termo aditivo - um termo que celebra esse conjunto de adequações, alterações ou, eventualmente, inclusões.

Como foi comentado pelo deputado Roberto Moraes, nós temos como exemplo as adequações que são, depois, pleitos de um aditivo, em que você ajusta todo o cronograma de investimentos ou inclusões que passam por termo aditivo - como aconteceu no Anel Viário de Cubatão, uma obra de 328 milhões, que foi incluída no contrato por fluxo de caixa marginal estipulado por uma nota técnica da agência que gerou um prazo adicional para a concessionária e foi feita por meio de um termo aditivo firmado com ela, com uma taxa referencial, uma taxa interna de retorno do projeto, diferente do contrato original. Tudo passa por um aditivo.

Com relação a 2006, como foi comentado pelo deputado, o que aconteceu no Estado? Nós fizemos os aditivos firmados em 2006, que contemplaram não só questões de adequações de cronogramas, mas também questões de impacto tarifário que envolveram revisões de pedágio, por causa do IGP-M. Fizemos um em 2003, com o

reajuste tarifário em duas etapas e questões de alterações de impostos. Então, os contratos de 2006 refletiram todos esses aspectos.

A agência identificou que era necessário rever. Fez todo um processo - primeiramente, administrativo - com as concessionárias, para identificar o que foi feito. Então, foram abertos a ampla defesa e o contraditório para entender o que estava acontecendo. E depois desse caso dos 12 contratos de 1998, nós temos dois casos que foram resolvidos na esfera administrativa pelo conselho diretor da agência. Temos dez casos que estão caminhando na Justiça. Em muitos desses trâmites na Justiça, houve pedido de sigilo de justiça pela própria concessionária, porque muitas têm ações em bolsas. Elas solicitaram o sigilo de Justiça e, pela agência, tramitaram abertamente. O que é discutido nesses aditivos é a base de cálculo utilizada.

O que foi questionado pela agência e pelo Estado é que a concessionária tem direito a esses equilíbrios. Foram equilíbrios reconhecidos como de direito da concessionária, atendendo todos os critérios do contrato. Porém, a base de cálculo utilizada não foi a mais adequada e foi isso que se questionou.

Com isso, houve uma postergação de prazo além do final do contrato - o que nós entendemos que não seria o correto. A briga que nós temos e a discussão judicial é justamente para tentar anular esses aditivos e poder refazer os aditivos contratuais, fazendo o cálculo corretamente. É isso que está sendo discutido.

Recentemente, o que foi divulgado amplamente na imprensa pela própria AutoBAN - ela própria tornou público o assunto - foi o ganho, em primeira instância, do Estado. Entendeu-se que o Governo tem razão, que o aditivo da AutoBAN teria que ser anulado. Isso foi uma decisão ainda em primeira instância. A concessionária já entrou com apelação - o que é um direito dela. Nós estamos aguardando, agora, pelos trâmites judiciais e pela PGE, que defende a agência. O Estado tem acompanhado isso e temos tentado fazer com que isso se resolva o mais rápido possível.

Como houve uma postergação de prazo após o vencimento dos contratos, hoje o usuário não está sendo penalizado em nada, porque a concessionária tem seguido o rito, conforme o contrato. Os contratos começam a vencer em 2018. O nosso trabalho e o nosso empenho, inclusive do Governo e da PGE, são no sentido de que essa questão esteja equacionada antes do vencimento dos contratos. Esse é o grande trabalho que estamos fazendo.

Conseguimos fazer isso com dois casos administrativos, duas concessionárias. Temos a possibilidade de firmar um novo aditivo com uma delas. Estamos fazendo os

cálculos. A outra concessionária entrou na Justiça e houve uma decisão parcialmente favorável. É ela que nos impede, por enquanto, de fazer um novo aditivo, mas reconhece a anulação do aditivo de 2006. Essa é mais ou menos a posição que temos hoje, com relação a 2006.

Com relação aos relatórios anuais, causa-me estranhamento não estar no site. Vou verificar se é um problema técnico. Deveriam, sim, estar lá os relatórios anuais e vou providenciar, rapidamente, que seja disponibilizado o relatório anual de 2014.

O que eu posso adiantar é que os relatórios são feitos pela agência. O de 2014 foi assinado pela Dra. Carla. Até então, ela era responsável pelo exercício do ano passado, mas eu já estava dentro da agência. Já estava conduzindo a diretoria geral. Isso foi encaminhado dentro dos prazos legais que nós temos. Só me causa estranhamento não estar disponibilizado no site. Vou verificar se é algum problema técnico ou não e providenciar isso com máxima urgência. Depois, encaminharei para a Comissão o anúncio de que isso tenha sido corrigido. Tem que estar disponível no site e, anualmente, vai ser disponibilizado.

Com relação às filas dos pedágios, hoje os contratos de concessão do estado de São Paulo preveem uma punição à concessionária quando ela atinge um determinado tempo de atendimento. Então, tem que proceder. Desde que o usuário chegue e faça a passagem, ela tem um percentual dos carros que passam. Tem que atender. Isso varia de contrato para contrato. E depois nós podemos encaminhar os contratos detalhados para ver como funciona. Mas basicamente a concessionária tem um minuto, desse momento que o usuário chega, faz a cobrança e libera o veículo. Nos momentos sazonais, nós temos mudança de tráfego, principalmente de trechos onde há uma tendência de tráfego turístico, tráfego sazonal por temporadas. O sistema Anchieta-Imigrantes é um exemplo muito clássico disso, o sistema Ayrton Senna também - por causa do litoral norte, tem uma estância turística. O que nós temos trabalhado é punir a concessionária quando formam as filas e trabalhar com ela opressivamente para que ela sempre tente atender os níveis de serviço.

Conheço das condições do contrato das rodovias federais que liberam aberturas de cancela, mas isso, infelizmente, não está estipulado dentro dos contratos do estado. Todas as inovações que nós temos nos contratos firmados atualmente, que geram ou podem gerar um desequilíbrio, temos que encaminhar para o poder concedente para que ele possa juntamente com a agência poder tomar melhor a decisão. Hoje, para implementar uma regra desse tipo no contrato, ela pode gerar um desequilíbrio porque

não era uma causa inicialmente prevista, e então o Estado teria que reequilibrar para concessionária.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Nessa concessão - por exemplo, da Tamoios, que foi feita recentemente - não seria o caso de mexer no contrato. Poderíamos já ter previsto no contrato algo que viesse, porque isso também não é novo - não é uma novidade de 2012 ou 2013 essa questão de agilizarmos o atendimento e responsabilizar a empresa que explora esse serviço de trabalhar com uma maior agilidade.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - O que nós trouxemos para a Tamoios, deputado, como uma inovação e é o que a Agência vem executando ano após ano - sempre trazer melhorias nos novos contratos e, como comentado pelo Rafael na arguição dele, e o que nós agora procuramos colocar nos estudos dos novos pacotes de concessões, é sempre trazer melhorias.

Na Tamoios, como a previsão do contrato era uma contraprestação e um risco compartilhado de tráfego, tinha sido colocado níveis de serviço onde haveria desconto da contraprestação do Estado. Então, se a concessionária não atingisse os níveis de serviço, ou seja, não fizesse as ampliações necessárias ou tomasse medidas operacionais necessárias para evitar fila no pedágio, ela seria penalizada com descontos na contraprestação que o Estado daria. O resultado digital já tem um desconto muito grande, a contraprestação dela é um centavo, então agora na prática essa fórmula vai ficar um pouco prejudicada para nós aplicarmos, mas foi uma metodologia nova que trouxemos. Mas já é responsabilidade da concessionária, o que foi melhorado dos contratos anteriores, as questões de ampliação da praça de pedágio. Se mesmo com essa ideia do desconto da contraprestação continuar tendo filas, ela tem que fazer por conta dela, com todas as dispensas dela, fazer as ampliações necessárias para deixar um nível de serviço adequado conforme estabelece no contrato.

Para os novos contratos nós estamos fazendo os estudos para ver como conseguimos evoluir nisso. Ainda estamos fazendo os estudos, fechando a modelagem. Desde que o governador anunciou no dia 19, através de um decreto, ele encaminhou essa competência para a Agência. Então estamos refinando esses estudos para tentar, no dia 12 de janeiro, que é a previsão, apresentar em uma audiência pública todas essas

inovações, sempre com o intuito com que a Agência vem trabalhando nos últimos anos em prol do usuário, com uma ênfase muito na sociedade e no usuário.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Giovanni, desculpa estar insistindo na lógica. Você acha que nos novos contratos, que a rigor deveriam surgir a partir de 2018, até por conta das decisões judiciais que estão vindo e o vencimento mesmo do prazo, você acha que isso poderia ser um ganho para os usuários? A possibilidade efetiva da agilidade do atendimento?

Antigamente o Sem Parar era um equipamento, hoje é um selo, quanto custa esse selo? Diluído na tarifa. A minha preocupação é o tempo de atendimento ao usuário. Você fala e eu concordo contigo - têm algumas regionais sazonais que é complicado, mas o sistema Anhanguera-Bandeirantes que a maioria dos deputados ou todos os deputados do interior pegam, é um absurdo. Mesmo com a existência do Sem Parar, as filas que acontecem na sexta-feira, mesmo fora de feriado, param. Para o sistema Anhanguera, para o sistema Bandeirantes. Estou pensando alto, é uma inovação feita pela União e o estado de São Paulo ainda não se apropriou de algo que está funcionando bem.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deixe-me fazer uma pergunta. Vossa Excelência está falando sobre as concessões federais que estão funcionando bem?

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Não, estou falando sobre o pedágio federal.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Que é um real e pouco e não se fez nenhuma obra até hoje. Estão fazendo um termo de ajuste de conduta para devolver a (ininteligível).

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Não, a conversa está técnica, Carlão. Vossa Excelência chegou agora, chegou tumultuando. Nós estamos falando de melhoria do trabalho.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não estou tumultuando, só estou perguntando como é que melhorou a concessão federal, só isso.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Carlão, nós deputados temos a função de defender o usuário e nós estamos pensando em algo que pudesse melhorar, não sei se essa é a sua preocupação, mas é a nossa. Não sei como V. Exas. trabalham em Votuporanga. Lá não tem nem pedágio.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Lá não tem pedágio, de tão bom que é.

O SR. LUIZ FERNANO TEIXIERA - PT - Não deixam colocar e a moçada ainda está andando muito com o caminho de leite lá.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO- Deputado, acho que sim. Toda inovação que possa ser aplicada dentro dos nossos contratos a agência está olhando e ela tem que trazer, então queremos trazer inovações significativas nesse novo pacote de concessões.

O nosso trabalho é fazer o que sempre teve no programa de estado, ele sempre foi inovador e reconhecido por todo o país como pioneiro único, e o resultado da pesquisa da CNT mostra isso. Nós sempre estivemos à frente com todas as ações que a Agência faz, então com certeza, para esse novo pacote de concessões, é isso que vamos trazer. Garanto que muita coisa inovadora virá, muita coisa que nunca foi vista.

O Programa de Concessões Rodoviárias no Brasil vai acontecer, e muito focado e voltado ao usuário, uma preocupação muito grande, e trazer um modelo que possamos privilegiar o usuário ao longo do tempo e o desenvolvimento dos municípios e da região ao longo do tempo de 30 anos do contrato de concessão. São praticamente 17 anos, em que aprendemos bastante coisa; a agência está muito bem servida de colaboradores, de profissionais e de funcionários para conseguir trazer toda essa expertise e todo esse aprendizado para dentro do novo pacote.

É por isso que o próprio governador decretou que o edital seja conduzido pela própria agência. Acho que tudo que é bom... Nós temos olhado tudo o que tem acontecido, não só no Brasil, mas também fora do Brasil, para tentar inovar no novo pacote.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Agradeço o deputado Luiz Fernando. Nosso último deputado inscrito, José Zico Prado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Boa tarde a todos os deputados e deputadas. Acho que não tem nenhuma deputada aqui na nossa comissão, é uma comissão machista. Queria cumprimentar o Giovanni por ter vindo aqui mais essa vez e, em sua pessoa, cumprimentar todos os funcionários da Artesp. Está aqui o Teodoro, que é o mais conhecido de todos.

Queria fazer duas perguntas, Giovanni. A primeira: tem alguma previsão de concessão de rodovias no estado de São Paulo? Mais algumas?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - O que nós temos, deputado, é um anúncio do governador de quatro lotes de concessão, com uma previsão de 2.217 quilômetros a serem concedidos. Isso foi anunciado no dia 19 de novembro, uma previsão de 10,5 bilhões em investimentos. E o intuito, como agenda definida pelo próprio governador... Nós, agora no dia 17 de dezembro, finalizamos e vamos apresentar para o mercado a metodologia usada, o que vai ser utilizado pela agência para refinar os estudos e a previsão do dia 12 de janeiro, com uma audiência pública logo na sequência com disponibilização do edital para consulta pública.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Dentre elas está Euclides da Cunha?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Acho que não, deputado. O que nós temos? Para passar os lotes rapidamente: temos o lote um, que é a SP-55, que liga Miracatu a Praia Grande; temos o lote dois, que pega a SP-79 a 250, que vai sair da parte do Paraná e vai até a região de Campinas; depois, temos o lote três, que é o maior, com 1.110 quilômetros, que pega as SPs 191, 225, 281, 318, 330, 334, 335 e 351, que vai passar pela região de Bauru, Sorocaba central, Campinas e Ribeirão Preto. E as SPs 333, 322 e 330 - Anhanguera são do lote quatro.

Com esses estudos, estamos refinando outras possibilidades de ajuste. Na audiência pública eu vou conseguir passar essa informação com mais detalhes e caracterizar exatamente cada um dos lotes.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Obrigado. A outra questão: qual o custo de manutenção das empresas na questão do TAG? Hoje, o usuário paga, em média, oito reais por mês. Para a concessionária, quanto fica isso?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - A concessionária de rodovia, deputado, só recebe o valor da tarifa de pedágio.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas e o TAG? Quem cobra?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Quem cobra é a operadora. Hoje nós temos quatro empresas.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Qual o investimento mensal dessas operadoras? A maioria dos TAGs tem problemas. Nós já discutimos isso na última vez. Eu queria que o senhor nos passasse o preço, porque o usuário paga por um serviço mal prestado. E o que o estado faz?

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - O estado não ganha, Zico.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Exatamente isso. O estado não ganha, o usuário é penalizado e a empresa não presta serviço nem para nós.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - O caminho que foi utilizado, deputado, foi justamente a abertura do mercado para ter a primeira concorrência. Essa foi a decisão feita em 2011. Hoje, nós temos quatro empresas justamente para que o usuário possa ter opções de serviço, como acontece com a telefonia e outras.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas depois de 2011 piorou, Giovanni.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - O que nós temos trabalhado... A Agência tem melhorado a regulação para fiscalizar cada vez mais as operadoras e exigir delas um serviço de qualidade, principalmente nas rodovias.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Hoje está havendo problemas, mais do que havia antes de 2011.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Hoje nós temos uma série de mudanças, deputado.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - É penalizar demais o usuário. Um serviço mal prestado e ele ainda paga essa mensalidade. Na Assembleia já estamos cansados, já sabemos, eu já briguei com todos, não tem jeito. Ser deputado hoje é vergonhoso, até a moça do pedágio, quando vai abrir a porteira, olha para você com cara ruim. Particular também não funciona, Carlão. Estão prestando um mau serviço, não para a Assembleia Legislativa, que é normal, mas para o usuário. Cada vez que eu vou viajar com o meu carro, eu paro; às vezes funciona, às vezes abre e depois fecha.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - O que nós temos exigido de todas as operadoras - e por contrato elas são obrigadas - é a substituição de todos os TAGs defeituosos. Isso está no contrato.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas sabe o que eles falam? “É a pilha que está descarregada.”

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - A obrigação de fazer a substituição é da operadora.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Mas como eu sei se a pilha está descarregada? Primeiro o carro passa por cima?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Se ele fala isso, deputado, tem que exigir, pois está no contrato que o senhor assinou com ela.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Giovanni, se me permite. Deputado Zico Prado, se me permite. Vossas Excelências estão enxugando gelo. Essa coisa que tem que exigir troca, nós estamos falando de vidas que estão sendo perdidas, acidentes, e V. Exas. estão sendo lenientes com o erro, permita-me. A culpa não é da Artesp, mas vocês não estão punindo à altura. Essa coisa que tem que trocar quando tem defeito, o defeito é quase que linear. Vocês têm que fazer uma prática de

auditar por amostragem os aparelhos. E eu vou mais longe, qual o critério? Se uma empresa vier para São Paulo hoje e quiser montar uma empresa para operar TAG, qual o critério para ela poder ser uma operadora nas rodovias?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - O critério, deputado, tem uma resolução do secretário para ser atendida, então ele tem que apresentar todo o plano de negócio, montar toda a estrutura de garantias, apresentar todos os contratos que vão ser firmados. Além disso, ele nos apresenta todo o investimento que será feito ao longo do tempo. Estando tudo adequado, é emitida a primeira autorização.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu queria entender um pouco melhor, Giovanni. Qual é a medida que a Artesp está tomando para isso?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Vou comentar, deputado. O processo de autorização é feito dessa forma. Na segunda etapa, ela passa por um processo ainda de implantação e assinatura de contratos e depois a agência vai auditar para ver se ela está pronta para entrar em operação.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Eu lhe pergunto, nós estamos dando uma autorização para concessionária, o que não estava previsto no contrato. Lá atrás, quando foi feita a concessão das rodovias, não se falava em TAGs, pedágio e essas coisas, o que está me gerando preocupação, isso vai ter problema judicial.

Acho que a Artesp precisa ter critério. Hoje, o critério é o seguinte. Você apresenta um plano de negócios, vamos ter uma concorrência pública. Se dez empresas quiserem colocar TAGs hoje, colocam. Agora, o ato está sendo discricionário de quem autoriza, serviço público não pode ter ato discricionário. É feita uma avaliação, nega. É feita outra avaliação, aprova. Vocês precisam criar um mecanismo, esse negócio está tendo um erro gravíssimo.

Detalhe, além de não ter concessão pública, desculpe, está faltando transparência, e não é pelo senhor, o senhor chegou agora, está faltando desde que iniciou lá atrás, com o Sem Parar. O que eu apelo, porque, caso contrário, vou pedir para a comissão para fazermos uma representação junto ao Ministério Público, porque além de ter um serviço

de péssima qualidade... Esqueça-se de nós, deputados, é a sociedade. Esqueça-nos, senão parece que estamos atuando em causa própria.

Estou falando no meu carro particular, dela, dela, do cinegrafista. O serviço é ruim, não remunera o estado e, pior do que isso, desculpe, não estou acusando, mas é um erro que está acontecendo, parece que quem é amigo do rei hoje coloca uma empresa para operar com o Sem Parar.

O Sem Parar é o nome de uma empresa, o sistema de cobrança eletrônico. O que eu peço, e vou pedir para o senhor, até para que tenha a confiança desta Casa, em 90 dias o senhor pode apresentar à Comissão de Transportes um plano de regulamentação do sistema de TAGs no estado de São Paulo?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Sim, deputado, eu posso encaminhar.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu ia fazer o mesmo. Queria agradecê-lo, Sr. Presidente Orlando, porque não dá para suportar mais. Acho que vocês têm uma pesquisa que diz quantos problemas têm dado nos carros nas praças de pedágio.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - É porque o povo não reclama.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Nós temos. O que nós temos trabalhado é muito em prol do usuário. O que nos preocupa hoje, por exemplo, é que tem muitos usuários que não utilizam corretamente, estamos vendo ações para isso. Hoje, infelizmente, quando você entra no YouTube, na internet, você consegue achar vários vídeos que explicam como burlar o pedágio automático.

Essa prática tem aumentado muito nas praças de pedágio, isso nos preocupa demais, porque o usuário sem o TAG tem adentrado na pista automática e parado. Nos feriados, temos uma prática e estamos vendo como penalizar isso ou regulamentar. Há usuários que veem que a pista automática está livre e a pista manual está cheia. Eles vão para a pista automática sem o TAG. Na hora em que a arrecadadora chega, ele já coloca o dinheiro para fora, querendo ser cobrado, e isso é um usuário parado na pista.

A nossa preocupação, junto com a diretoria de operação, é segurança em primeiro plano, tanto é que temos reduzido drasticamente as mortes e acidentes nas rodovias do

estado. A questão da pista automática é uma preocupação, sim, nós temos tomado atitudes com as operadoras.

Da outra vez, acabei não comentando, mas verifiquei internamente, posso pronunciar. Hoje, temos processos desses relatórios com a Sem Parar e com a DBTrans justamente para apurar se o plano de negócios está sendo atendido conforme foi a autorização. Da mesma forma que é autorizado um posto de combustível, um serviço comercial em uma rodovia, é um processo de autorização que é feito pela agência.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Mas eu não concordo com o senhor, desculpe. Autorizar um posto de combustível é um serviço, ele está explorando um espaço, a margem de uma rodovia no espaço privado. A concessionária não cedeu terreno dela para o posto de serviço. Nós estamos cedendo o eixo da rodovia para exploração do Sem Parar, que é público. O plano de negócios dele é só para ele. Ele apresentar um plano de negócio para ter uma operação dessa, o estado sai sem nenhum lucro.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Hoje, a política adotada em 2011 pelo estado foi justamente através dessa medida da abertura do mercado, tentar trazer cada vez mais usuários para o sistema, que é isso que vemos, como eles podem contribuir com outros serviços.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Dr. Giovanni, está perfeito. De um, nós temos quatro, só que os quatro que estão aí não têm transparência por questão, nós temos que dar o exemplo. São Paulo foi o primeiro estado a fazer concessão de rodovia e o País inteiro é assim. O erro não está em São Paulo, nós temos que dar o exemplo. Está errado o critério.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Permita-me, Sr. Presidente. O que me preocupa mais ainda é o custo desse serviço. Estávamos checando agora, não é oito nem dez, é 19 e pouco por mês. Olhe a quantidade de usuários que tem isso, o lucro que estão tendo para prestar um serviço de péssima qualidade.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - E que não remunera o estado em nada.

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - E quem deveria fiscalizar, Giovanni, não somos nós.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Me permita, Luiz. Vossa Excelência tem informação se eles pagam para o concessionário?

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Não pagam nada.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - O melhor negócio do mundo.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Até onde eu tenho informação, as quatro principais concessionárias são donas do serviço do TAG.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Não, agora o Itaú é dono de um.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - O que nós temos são quatro operadoras. Uma é o Sem Parar, a concessória mais antiga. A segunda operadora é a ConnectCar, que hoje não tem nenhuma concessionária que faz parte; hoje é do Banco Itaú.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - É um negócio tão ruim, Zico, que banco já está comprando. Banco só faz mal negócio.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Coisa boa do Itaú é o presidente do Palmeiras, que foi campeão ontem.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - É só o time ganhar que aparece palmeirense para todo lado.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Eu considero que dos títulos que disputou, foi o melhor.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Eu dispensar todos esses comentários e quero garantir a minha palavra aqui. Eu queria a garantia da minha palavra, Sr. Presidente, independente do jogo de ontem, sem comentários.

Eu queria aqui reforçar a proposta do Sr. Presidente, no sentido de que nós precisamos ter minimamente uma explicação na praça de pedágio onde somos parados. E quando o usuário é parado ele também precisa ter uma explicação mínima, porque está pagando, e caro, para fazer tudo isso. Eu acho que a Artesp não pode silenciar diante desse fato que está acontecendo em cada praça de pedágio

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Deputado, o que eu posso comentar é que tem muito para evoluir, eu concordo. Não posso falar que não há coisas para serem melhoradas. Eu concordo com o deputado, que temos que preparar um plano de melhorias. A Agência já vem trabalhando nisso. Eu garanto que a Agência já tem adotado várias medidas para tentar melhorar cada vez mais o serviço para o usuário.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - O que eu pedi, Zico - me permita -, que em 90 dias o senhor submeta à Comissão um plano de regulamentação, não de melhoria - melhoria tem que ter hoje.

Nós estamos vendo a maior crise, somos obrigados a mexer em alíquotas de ICMS e nós estamos vendo empresas que estão sendo vendidas por bilhões, que estão explorando vias públicas e não nos remuneram em nada. Isso não é plausível. O que eu espero é que você submeta a nós um plano - é um pedido -, caso contrário, teremos que tomar medidas que acharmos necessárias.

Primeiro, na minha ótica, todas que estão aí já estão de maneira incorreta. É abrir um critério de licitação, de disputa pública, para que eles explorem isso. Eu apelo para que o senhor nos submeta esse plano de negócio e é esse compromisso que eu gostaria de ter nessa arguição do senhor. Tem esse compromisso? Perfeito.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Para complementar novamente o Sr. Presidente Orlando, Zico, acho que essa Comissão tem realmente esse papel.

Pela primeira vez em 17 anos aqui - até disse isso na audiência pública da cerveja e do cigarro - o governo do estado mandou um projeto reajustando alíquotas. Isso nunca aconteceu, e desde que eu estou aqui é o governo do PSDB, ao qual nós fazemos parte com muito orgulho da bancada de apoio do governador Covas, do governador Alckmin, e do governador Serra e novamente do governador Alckmin. Eu realmente não consigo entender como essas operadoras podem explorar a população. Então Giovanni, não entenda isso como crítica, nós queremos o melhor para o estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Esse fator não é dele.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - A Comissão aqui tem essa obrigação, sim. É impossível ganhar o que eles estão ganhando. Agora até o banco, e banco só entra em coisa ruim, só em coisa que não dá lucro. O grupo Ultra e os outros que estão aí, a própria concessionária que é proprietária do Sem Parar. É inadmissível o estado não ganhar nada.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - Só para encerrar esse assunto, Dr. Giovanni, eu entrei com uma ação na Justiça em 1998 a respeito dessa questão dos TAGs, questionando a cobrança e a falta de mais empresas - naquela época - para disputar a concorrência. Naquela época o Dr. Davi era o secretário.

Eu queria também uma pequena explicação, só para dar uma resposta: há quanto tempo a obra do trecho Norte do Rodoanel está atrasada?

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Esse não é de competência da Artesp, deputado, é o Dersa que está executando a obra.

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - O Dersa não está acompanhando em nada.

O SR. GIOVANNI PENGUE FILHO - Não é a Artesp que fiscaliza, a obra é de responsabilidade do Dersa. Se for concedido, sim.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Dia 15, deputado Zico, já está marcado para o presidente do Dersa vir falar pelo artigo 52, sobre todos os temas. Agradeço o deputado José Zico Prado.

Arguição estando completa, todos os deputados que tiveram interesse já foram inscritos.

Quero designar como relator para o PDL, pela qual será aprovado com votos desse plenário, o deputado Aldo Demarchi, convocando dessa forma V. Exas. para uma reunião extraordinária a realizar-se dois minutos após o término da presente reunião, com a finalidade de apreciar o Projeto de decreto legislativo nº 19, de 2015, de autoria da Mesa, que aprova a indicação de membro para o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do estado de São Paulo, Artesp.

Agradeço aos senhores deputados, pedindo que permaneçam em plenário.

Uma boa tarde a todos.

Está encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transportes e Comunicações, da 1ª Sessão Legislativa, da 18ª Legislatura.

Gostaria de agradecer a presença dos Srs. Deputados Carlão Pignatari, Luiz Fernando Teixeira, José Zico Prado, Roberto Morais, Edson Giriboni, Ricardo Madalena, Aldo Demarchi e Rogério Nogueira.

Solicito a leitura da ata da reunião anterior.

Com a palavra deputado Roberto Morais.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Estando todos os Srs. Deputados de acordo, está dispensada a leitura da ata, dando-a como aprovada.

Em pauta, o Projeto de decreto legislativo, nº 19, de 2015, de autoria da Mesa, que indica membro para o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos

Delegados de Transporte do Estado de São Paulo. Gostaria de colher o relatório do relator, deputado Aldo Demarchi.

O SR. ALDO DEMARCHI - DEM - Sr. Presidente, obrigado pela designação. Gostaria de dar o parecer da Comissão de Transportes e Comunicações sobre o Projeto do decreto legislativo nº 19, de 2015.

Passamos, então, a seguir a apreciação do nome indicado.

Pela análise do currículo, constata-se que o Sr. Giovanni Pengue Filho é detentor de sólida formação acadêmica e vasta experiência profissional, principalmente nas áreas de regulação, implantação, tecnologia e gestão de projetos. Apresenta ainda habilidades em liderança, negociação e gestão de pessoas, tendo demonstrado aos membros dessa Comissão honradez na sua trajetória de vida pública, o que o habilita a exercer o cargo de diretor-geral da Artesp.

Do exposto, opinamos, portanto, pela aprovação do Projeto do decreto legislativo de nº 19, de 2015.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO MORANDO - PSDB - Eu agradeço o deputado Aldo Demarchi.

O Parecer está em discussão. Não havendo oradores inscritos, está em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o Projeto de decreto legislativo nº 19, de 2015, que reconduz o Sr. Giovanni à diretoria-geral da Artesp.

Agradeço a todos os Srs. Deputados e parabênizo o Sr. Giovanni pela recondução. Uma boa tarde a todos.

* * *